

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 15.

- 1 Entre as principais competências demandadas para a formação dos cidadãos deste século, figuram criatividade e inovação, comunicação e colaboração, ética e cidadania digital. Talvez, entre todas elas, a capacidade de colaboração e a clara consciência de que essa atitude compõe um grande painel de ações coletivas são decisivas para o equilíbrio de tudo.
- 4 Há um grande arcabouço filosófico embasando uma mudança de atitude geral, um repensar do conceito de desenvolvimento coletivo, que impacta e envolve profundamente cada um de nós. Novos modelos de cidade e cidadania, novos conceitos de lazer e mobilidade, novos regimes de trabalho estão rapidamente tornando-se reais e efetivos.
- 7 Estamos no meio de uma transformação tecnológica e econômica que nos permite renegociar os termos da liberdade individual, do discurso cultural, da participação política e da justiça social na sociedade da informação. A Internet está tornando possível o amadurecimento de novas formas cooperativas de produção de informação, conhecimento e cultura em oposição aos mecanismos habituais de propriedade, hierarquia e mercados. Em particular, está permitindo que indivíduos, agindo isoladamente e em associações flexíveis com seus pares, tornem-se produtores de seu próprio ambiente informacional e cultural.
- 10
- 13 Isso representa uma ruptura dramática da tendência dos últimos 150 anos voltada para a comercialização e concentração do sistema de produção de informação e cultura. Esse momento de transição nas condições materiais dessa produção nos oferece uma oportunidade para a reestruturação daquele sistema de forma a ampliar a liberdade individual, possibilitar maior diversidade cultural, aperfeiçoar o discurso político e melhorar alguns aspectos da injustiça econômica, em particular no que concerne às desigualdades globais de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a transição nos permite elevar a produtividade na economia da informação.
- 16
- 19 Mas a cornucópia das mudanças desejadas ameaça várias forças econômicas e culturais arraigadas da economia da indústria da informação do século 20. Hollywood, as redes de difusão televisiva e radiofônica e a indústria fonográfica se sentem ameaçadas pelo surgimento da produção cultural e de informação não proprietária e à margem dos mercados.
- 22 Fornecedores de *software* proprietário estão ameaçados pelo aparecimento do *software* livre. As empresas de telefonia, de fibra ótica e de telefonia celular estão ameaçadas pelas alternativas não proprietárias a seus sistemas, como redes sem fio ou redes de fibras municipais que atingem as residências.
- 25 Em casos judiciais, nos procedimentos regulatórios e na legislação, assistimos hoje a uma campanha lançada sobre a ecologia institucional dos ambientes digitais. A questão nessas batalhas é se os ambientes digitais permitirão o florescimento da produção cooperativa entre pares, não proprietária e à margem dos mercados, trazendo com ela uma
- 28 série de aprimoramentos bem definidos na liberdade e distribuição de justiça, ou se serão moldados para servir às necessidades dos modelos de negócio com base no fornecimento – por proprietários – de produtos acabados a consumidores passivos. Assim como ocorreu nos casos de impressão, rádio e telefone, as escolhas institucionais que
- 31 fizemos durante este período formativo inicial provavelmente determinarão a resposta a essas questões para as próximas décadas.

Moisés Zylbersztajn. **Muito além do maker**: esforços contemporâneos de produção de novos e efetivos espaços educativos. In: Clarissa Stefani Teixeira, Ana Cristina da Silva Tavares Ehlers e Marcio Vieira de Souza (orgs.). **Educação fora da caixa**: tendência para a educação no século XXI. Florianópolis-SC: Bukess, 2015, p. 194-6 (com adaptações).

Acerca da tipologia e dos sentidos do texto, julgue os itens de 1 a 4.

- 1 Infere-se da leitura do texto, caracterizado como dissertativo, que o seu autor é favorável à expansão “da produção cooperativa entre pares, não proprietária e à margem dos mercados”, mencionada no último parágrafo do texto.
- 2 Entende-se da leitura do texto que as novas formas cooperativas de produção de informação, conhecimento e cultura, cujo amadurecimento é possibilitado pela Internet, constituem exemplo de competência necessária à formação dos cidadãos do século XXI.
- 3 Sabendo-se que, no dicionário, uma das acepções da palavra “cornucópia” (linha 19) é “vaso em forma de chifre, com frutas e flores que dele extravasam profusamente”, conclui-se que seria coerente com as ideias do texto sua substituição por **abundância**.

- 4 De acordo com o primeiro parágrafo do texto, a cooperação destaca-se em importância entre as competências requeridas para a formação dos cidadãos do século XXI.

No que se refere a aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 5 a 12.

- 5 À linha 1, a flexão da forma verbal “figuram” na terceira pessoa do plural justifica-se pela concordância verbal com o termo “competências”, que é o núcleo do sujeito da oração.
- 6 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso fosse inserida uma vírgula após o termo “trabalho” (linha 6), que constitui parte de um dos elementos de uma enumeração.

- 7 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o segmento “nos permite renegociar os” (linha 7) fosse reescrito como **nos possibilita à renegociação dos**.
- 8 Pelas relações coesivas do terceiro parágrafo do texto, entende-se que o referente do sujeito da oração “Em particular, está permitindo” (linha 10) é “A Internet” (linha 8).
- 9 Na linha 13, o vocábulo “voltada”, empregado com função adjetiva no primeiro período do quarto parágrafo, modifica o vocábulo “ruptura”, que é substantivo.
- 10 Dadas as relações coesivas do penúltimo parágrafo do texto, é correto afirmar que o termo “seus” se refere a “*software* livre”.
- 11 A oração “se serão moldados” (linha 28), cujo sujeito é indeterminado, expressa circunstância de condição.
- 12 Estaria preservada a coerência das ideias do último período do texto se, na linha 31, o termo “provavelmente” fosse deslocado para imediatamente depois de “determinarão”.

Considerando a correção gramatical e a coerência das ideias do texto, julgue os itens de **13 a 15**, que consistem em propostas de substituição para vocábulos e trechos destacados do texto.

- 13 “embasando” (linha 4) por **que fundamenta**
- 14 “tornando-se” (linha 6) por **se tornando**
- 15 “no que concerne às” (linha 17) por **à cerca das**

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca das noções de vírus, do Google Sala de Aula e do Google Documentos, julgue os itens de **16 a 20**.

- 16 Os vírus de computador manifestam-se por meio de determinados arquivos, como, por exemplo, aqueles que possuem as extensões COM, EXE e SYS. Logo, os arquivos do Word (DOCX) não transmitem vírus.

- 17 A alteração do tamanho do arquivo no computador é uma das ações realizadas pelos vírus.
- 18 Por meio da plataforma Google Sala de Aula, os professores podem usar o mural da turma para postar avisos e também para dar um *feedback* direto em tempo real.
- 19 Ao acessar o *Menu* , do Google Sala de Aula, o professor poderá, por meio da seção Agenda, corrigir os trabalhos das suas turmas.
- 20 O Google Documentos permite que o usuário compartilhe seus arquivos com diversas pessoas, restringindo suas ações. Ele pode, por exemplo, determinar se elas podem ver ou editar os arquivos.

No que diz respeito aos conceitos de sistema operacional, ao editor de texto Microsoft Word 2016 e aos conceitos básicos, às ferramentas e aos procedimentos de Internet, julgue os itens de **21 a 24**.

- 21 O sistema operacional tem como função gerenciar os recursos de *hardware* e os recursos de *software*.
- 22 O único item que não pode ser adicionado (fixado) à Barra de Ferramentas de Acesso Rápido, na faixa de opções do Word 2016, é a caixa de diálogo AutoCorreção.
- 23 Pode-se definir a WWW como sendo uma linguagem que permite interligar computadores remotamente e exibir documentos de forma fácil.
- 24 O *proxy* é um servidor de monitoramento presente na maioria das empresas, que tem como principal função auditar toda a navegação na Internet realizada por seus funcionários. Por se tratar de um dispositivo apenas de monitoramento, caso o *proxy* não esteja disponível, uma conexão feita por meio dele pode ser efetuada sem qualquer tipo de problema.

A respeito de poderes e atos administrativos, administração direta e indireta e agentes públicos, julgue os itens de **25 a 28**.

- 25 Os efeitos da revogação dos atos administrativos são *ex nunc*, ou seja, não retroagem, enquanto os efeitos da anulação dos atos administrativos são *ex tunc*, o que quer dizer que eles retroagem.
- 26 No direito brasileiro, são considerados agentes políticos aqueles que exercem típicas atividades de governo e que cumprem mandatos para os quais foram eleitos, razão pela qual os ministros, que são providos em cargos públicos mediante nomeação, não compõem o referido grupo de agentes públicos.

- 27** A descentralização administrativa pode acontecer de acordo com o critério territorial ou geográfico ou por critérios de serviço, funcional ou técnico.
- 28** Os poderes discricionário e vinculado não existem como poderes autônomos, sendo, em verdade, atributos de outros poderes ou competências da Administração Pública, como o poder normativo e o poder disciplinar.

---

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue os itens de **29 a 31**.

- 29** O rol de requisitos para investidura em cargo público é taxativo, não sendo possível estabelecer requisitos específicos para a investidura, ainda que por meio de lei.
- 30** A posse inicia a contagem do tempo efetivo de serviço.
- 31** A Administração Pública não poderá conceder licença não remunerada ao servidor em estágio probatório, salvo na hipótese de afastamento para o serviço militar ou para o exercício de mandato eletivo.

---

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) são agrupamentos de municípios limítrofes que têm, entre si, alguma integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas e formam regiões análogas às regiões metropolitanas, abrangendo diferentes unidades da Federação (IBGE, 2020). A Constituição Federal de 1988 restringe a gestão das RIDEs à União (CAVALCANTE, 2020).

Internet: <[www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial e analisando a realidade da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), julgue os itens de **32 a 35**.

- 32** Os municípios goianos de Cabeceiras e Cabeceira Grande foram ambos incluídos na RIDE-DF, em uma alteração da lei original que a criou, no ano de 2018, elevando para 33 municípios sua composição.
- 33** Dentre os municípios de Goiás e Minas Gerais que integram a RIDE-DF, os cinco mais populosos são, todos, goianos.

- 34** Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do Distrito Federal (DF) corresponde a cerca de  $\frac{2}{3}$  da população total da RIDE-DF, ficando no estado de Goiás a esmagadora maioria do terço restante.
- 35** Nas últimas décadas, segundo o IBGE, a taxa de fecundidade na RIDE-DF seguiu tendência contrária à verificada no País como um todo. O elevado contingente populacional com baixas taxas de escolaridade e renda foi o responsável direto por essa situação.

---

Quanto aos aspectos históricos, étnicos, políticos, sociais e culturais do DF, julgue os itens de **36 a 40**.

- 36** Segundo as ideias de Lúcio Costa para Brasília, as cidades-satélites deveriam ser criadas apenas após a completa ocupação do núcleo central, quando este já estivesse saturado demograficamente; girariam em torno dele, com relativa autonomia, em um modelo polinucleado.
- 37** Embora etnias indígenas já ocupassem a área que atualmente é o DF antes mesmo da chegada dos bandeirantes ao Brasil Central, não há, segundo o IBGE, população indígena no DF.
- 38** O número de deputados federais eleito por cada unidade da Federação é proporcional à população de cada uma delas. O DF, que possui um contingente populacional reduzido em relação ao total nacional, elege apenas onze deputados federais, de um total de 513, a cada quatro anos.
- 39** O Bumba Meu Boi do Seu Teodoro, com sede em Planaltina, é considerado patrimônio material e imaterial do DF, por sua relevância como legítima referência da cultura local.
- 40** Segundo estimativas do IBGE, a população do DF superou os 3 milhões de habitantes em 2021, sendo que, entre os moradores com mais de cinquenta anos de idade, predominam mulheres.

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que concerne ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069/1990 e suas alterações, julgue os itens de **41 a 45**.

- 41** Em casos excepcionais, o ECA considerará adolescente a pessoa maior de dezoito anos de idade.
- 42** O escopo de proteção conferido pelo ECA à criança e ao adolescente não é taxativo e não exclui, por outras leis ou meios, oportunidades e facilidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.
- 43** A garantia de prioridade reconhecida à criança e ao adolescente compreende destinação exclusiva de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- 44** A interpretação do ECA deve levar em consideração, além da condição peculiar da criança e do adolescente, as exigências do bem comum.
- 45** Os direitos enunciados no ECA não poderão promover qualquer ação que discrimine as pessoas ou a comunidade em que vivem.

No que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, julgue os itens de **46 a 50**, com base nas alterações promovidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação pela Lei n.º 13.415/2017.

- 46** A Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio inclui, facultativamente, estudos e práticas de sociologia e filosofia.
- 47** Os currículos de Ensino Médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e da língua espanhola.
- 48** A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular apresenta um limite máximo de horas dentro da carga horária total do Ensino Médio.
- 49** O conhecimento das formas contemporâneas de linguagem é habilidade esperada do educando que conclui o Ensino Médio.
- 50** É atribuição da União estabelecer os padrões de desempenho esperados para o Ensino Médio.

De acordo com o Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, julgue os itens de **51 a 55**.

- 51** O grêmio estudantil integra os mecanismos de participação da gestão democrática do ensino.
- 52** Os cargos de diretor e vice-diretor de unidade escolar serão providos pelo Conselho Escolar após votação pela comunidade.
- 53** A execução das políticas educacionais pelo diretor e pelo vice-diretor deve se dar em articulação com os órgãos colegiados da gestão democrática.
- 54** A assembleia geral escolar é a instância máxima de participação direta da comunidade escolar.
- 55** Compete ao Conselho Escolar intermediar, em primeiro lugar, os conflitos de natureza administrativa ou pedagógica.

Mas dona Marta é também bastante crítica e interessada no funcionamento da escola: “eu vejo a situação da escola, eu vou lá todo dia [...] eu vejo qual a classe que tá suja, qual tá sem carteira, eu sei tudo”. Talvez por isso, sua tentativa de ajuda seja vista como intromissão pela escola. É a esse tipo de “intromissão” que a merendeira Dona Margarida parece estar se referindo quando relativiza o direito de participação da população na escola: “Participar, assim, no bom sentido... Tem muitas mães que vêm se intrometer em coisas que não entende... Até no nosso serviço, falar de merenda...” O curioso é que a relevância atribuída à participação na execução por parte de dona Marta a faz, inclusive, relegar a segundo plano sua participação no Conselho de Escola. “Eu acho que, pra eu ser do Conselho de Escola, eu tenho que fazer alguma coisa [...] Lá só me chamam se tem uma reuniãozinha”. Talvez Dona Marta perceba que é na realização de serviços na escola que ela tem maiores chances de interferir em seu funcionamento.

Vitor H. Paro. *Gestão da Escola Pública*: a participação da comunidade.

In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 73, n.º 174, p. 255-290, maio/ago. de 1992 (com adaptações).

Acerca das questões abordadas no texto acima, julgue os itens de **56 a 59**.

- 56** Uma gestão democrática e eficiente da escola refere-se a atribuir funções executivas a membros da comunidade, visto que não têm formação didático-pedagógica para contribuir com os processos político-pedagógicos da gestão.
- 57** A escola pública contribui com os interesses coletivos da comunidade quando permite, a partir de uma gestão democrática, que a comunidade participe das decisões da escola, fazendo valer seus direitos coletivamente discutidos e definidos.
- 58** Uma escola socialmente comprometida com os interesses de sua comunidade está em permanente avaliação de seu projeto político-pedagógico, como condição para alcançar os objetivos, coletiva e democraticamente definidos. Pensa-se o presente para se projetar o futuro, compreendendo a produção do conhecimento como uma ação social, historicamente situada e culturalmente determinada. Por isso, essa escola se configura como uma organização aprendente, que pode ser denominada escola reflexiva.
- 59** Uma gestão participativa é fundamental para a democratização da escola, contudo seu nível de autonomia e de autoridade ficam comprometidos, porque nem todos os envolvidos têm formação que os habilite a participar das decisões da escola.

Pesquisas têm revelado lacunas na formação de docentes em relação à avaliação, que continua quase exclusivamente centrada no professor e desenvolvida por meio de procedimentos que não proporcionam oportunidades para que se reorganizem as atividades. Mendes (2006) pondera que, se, por um lado, as políticas educacionais não favorecem modificações na prática avaliativa, por outro, academicamente, não tem havido esforços para que se repensem os propósitos e as práticas avaliativas. Na maioria das vezes, nos cursos de formação, os três pilares do processo – ensino, aprendizagem e avaliação – são tratados de forma desarticulada. E mais: o eixo da formação está centrado no ato de ensinar, e não no de aprender.

B. M. F. Villas Boas e S. L. Soares. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n.º 99, p. 239-254, maio-ago. de 2016 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **60 a 62**.

- 60** Para Villas Boas, a avaliação praticada na escola pode cumprir duas funções principais: classificar o estudante ou promover a sua aprendizagem.
- 61** Para Luckesi, quando a avaliação é executada fora do processo de ensino e exclusivamente com o objetivo de atribuição de notas e conceitos, os alunos inseridos nesse contexto estarão fadados ao êxito no âmbito escolar.
- 62** A partir da fenomenologia da avaliação da aprendizagem escolar, a avaliação diagnóstica estigmatiza os educandos, destituindo-os de sua condição de sujeitos históricos que aprendem e produzem conhecimento.

Embora não sejam formados em pedagogia, em matemática ou geografia, parece que os pais têm sim conhecimentos suficientes para exercer certa fiscalização e contribuir, pelo menos em parte, na tomada de decisões a respeito do funcionamento pedagógico da escola. Aqui não parece ser fundamental um conhecimento didático-pedagógico específico e especializado. O pai ou a mãe tem condições de saber que uma sala de 25 alunos é mais produtiva (*ceteris paribus*) que uma de quarenta, como é capaz de entender que a falta de merenda atrapalha o desempenho dos alunos em seu dia de aula e que a ausência de professor é nociva ao desenvolvimento do currículo escolar. Nesse sentido, não se pode exigir que ele participe do que não tem condições de dar conta e que é obrigação da escola fazer: a execução do pedagógico é atribuição de pessoas como os professores, adrede preparadas para esse fim.

Vitor H. Paro. **Gestão da Escola Pública: In: A participação da comunidade. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 73, n.º 174, p. 255-290, maio/ago. de 1992 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens de **63 a 67**.

- 63** Para Villas Boas, o currículo é construção social do conhecimento e faz referência à organização do conhecimento escolar.
- 64** O planejamento curricular refere-se estritamente aos conteúdos curriculares que compõem as práticas de ensino da escola, relacionadas às áreas de conhecimento, a exemplo de matemática e geografia, mencionadas no texto.

- 65** Em relação ao currículo escolar, denomina-se currículo formal o conjunto das componentes, dos métodos e dos recursos para se efetivar a construção social do conhecimento e denomina-se currículo oculto toda ação externa à escola, como as relações e participações da comunidade, a exemplo da participação dos pais citados no texto, pois elas são abstratas.
- 66** O projeto político-pedagógico, em sua dimensão pedagógica, manifesta a possibilidade de efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo.
- 67** Os termos projeto, político e pedagógico significam, respectivamente: ação intencional explicitada em um planejamento; compromisso sociopolítico com os interesses coletivos da comunidade escolar; e efetivação da intencionalidade educativa dos sujeitos pertencentes à comunidade escolar.

Sabemos que todos os professores fazem seu planejamento. Mas, infelizmente, essa atividade está carregada de um sentido burocrático, ou seja, um documento a mais que se tem de fazer para se entregar na secretaria, que não tem outro destino senão uma das gavetas do mesmo setor. Tal situação explica o fato de vários professores simplesmente mudarem as datas e apresentarem o mesmo plano do ano anterior, tendo assim cumprido sua obrigação.

Marcos T. Masetto. **Competência Pedagógica do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003, p. 175.

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens de **68 a 70**.

- 68** A ideia central do texto explicita uma compreensão regulatória do planejamento no campo das práticas educativas. Todavia, o planejamento não será, exclusivamente, nem um ato político-filosófico, nem um ato técnico; será, sim, um ato político-social científico e técnico ao mesmo tempo. Será político-social na medida em que esteja comprometido com as finalidades sociais e políticas; científico, porque não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; e técnico, porque o planejamento exige uma definição de meios eficientes para a obtenção de resultados.
- 69** Planejamento é um processo relacionado à atividade humana, que envolve reflexão e análise de uma realidade e das condições a ela relacionadas, prevendo-se ações que permitam o alcance dos objetivos traçados ou a superação das dificuldades existentes. Logo, sem conhecimento das condições de uma determinada situação e sem previsão das ações que alteram tal situação, nenhuma proposta de mudança será eficaz, ainda que se tenha clareza de seus objetivos.
- 70** O planejamento escolar deve se orientar por uma abordagem participativa, isto é, deve se constituir como um processo em que os segmentos que compõem a escola, que são os seus professores e os seus alunos, participem ativamente de sua construção e execução. Tal abordagem permite que um diagnóstico da realidade e das condições da escola seja produzido, levando à definição de objetivos educacionais que atendam às expectativas da comunidade escolar. Contudo, o planejamento a que se refere o texto aborda apenas a dimensão didática, que compete somente ao professor, e, por isso, o planejamento escolar deve ser neutro em relação às decisões político-pedagógicas que nele refletem.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ao focalizar as aprendizagens como estruturantes deste Currículo, a SEEDF ratifica a função precípua da escola de oportunizar a todos os estudantes, indistintamente, o direito de aprender. Para isso, a organização do trabalho pedagógico proposta pelas escolas e inserida em seus projetos político-pedagógicos deve contribuir para colocar crianças, jovens e adultos em situações que favoreçam as aprendizagens. Garantir aos estudantes o direito às aprendizagens implica um investimento sustentado nos princípios da ética e da responsabilidade, que incida também na formação de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida nos aspectos sociais, culturais e econômicos. Além disso, direciona para um fazer didático e pedagógico ousado, no qual o professor parte do princípio de que há igualdade intelectual entre os sujeitos.

**Currículo em Movimento da Educação Básica: pressupostos teóricos.**  
DF: SEEDF, 2014, p. 11-12 (com adaptações).

A partir da proposta de Currículo em Movimento da Educação Básica, da SEEDF, julgue os itens de **71** a **80**.

- 71** A proposta pedagógica apresentada se fundamenta na pedagogia histórico-crítica, que, em relação à educação escolar, demanda identificar as formas em que se expressa o saber produzido historicamente, de modo a reconhecer as condições de sua produção, compreender suas principais manifestações e identificar os modos para sua transformação.
- 72** A partir de uma concepção pedagógica histórico-crítica, a conversão do saber objetivo, historicamente produzido pelos homens, em saber escolar é uma tarefa da escola. Essa conversão torna o saber assimilável pelos alunos, no espaço-tempo da escola. Portanto, o resultado dessa assimilação compete dos alunos, porque independe de recursos providos pela escola.
- 73** O processo de democratização do acesso à escola exige desta instituição concepções que reflitam as expectativas e as necessidades formativas de sua comunidade, para garantir indistintamente aos estudantes o direito de aprender, uma vez que esse acesso se refere a um público homogêneo, pertencente às classes populares.
- 74** Oportunizar o direito às aprendizagens exige, do ponto de vista da pedagogia histórico-crítica, uma prática pedagógica dialética, ou seja, examinadora das contradições, que vincula o caráter crítico de articulação das condicionantes sociais à dimensão histórica em que estas são produzidas.
- 75** Uma proposta curricular como a demarcada no texto fundamenta-se tanto em elementos da teoria crítica quanto em elementos da teoria pós-crítica do currículo, porque, implicitamente, evidencia-se que a eficiência do planejamento com foco nos resultados é o objetivo a ser alcançado.

- 76** Em relação à construção do currículo, as teorias críticas apresentam elementos referentes às relações sociais, aos processos de reprodução cultural e às ações de emancipação, enquanto as teorias pós-críticas incorporam elementos relacionados às diferenças, à alteridade, à subjetividade, à representação e ao multiculturalismo. Ambas as correntes teóricas são percebidas no texto em questão.
- 77** A educação integral está alicerçada na ampliação de dois eixos estruturantes: tempo e oportunidade.
- 78** O princípio da integralidade da proposta curricular refere-se a uma perspectiva ampliada de tempo, espaço e oportunidades, atingindo todas as dimensões do sujeito em formação, isto é, seu desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social e cultural.
- 79** Focalizar as aprendizagens como estruturantes de um currículo evidencia a necessidade de constituir oportunidades de acesso a diferentes referenciais de leitura de mundo, ampliando as vivências que refletem a construção dos saberes. Essa perspectiva inclui concepções e práticas educativas fundadas na educação para os direitos humanos, mesmo que estes não se relacionem com os eixos fundamentais do direito à educação.
- 80** Garantir aos estudantes o direito às aprendizagens implica um investimento sustentado nos princípios da ética e da responsabilidade, que incide também na formação de uma sociedade mais justa e mais desenvolvida. No modelo educativo apresentado no texto, torna-se imprescindível a construção de um projeto político-pedagógico (PPP) que tenha os direitos humanos como eixo transversal, impactando as práticas pedagógicas, a produção dos materiais didáticos e pedagógicos, o modelo de gestão e os diferentes processos de avaliação.

Um dia, enquanto caminhava pelos arredores de uma nova construção, Miguelangelo aproximou-se de dois artesãos. Ele se dirigiu ao primeiro e perguntou-lhe o que estava fazendo. “Senhor, eu estou quebrando estas pedras”, foi a resposta. Então, perguntou a mesma coisa ao segundo. A resposta desta vez foi: “Eu sou parte de um grupo de trabalhadores e artesãos que está construindo uma catedral”. A tarefa era a mesma, mas a perspectiva, bem diferente. Da segunda, por certo, resulta a possibilidade de sucesso de qualquer empreendimento.

Heloisa Lück. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998 *apud* José Carlos Libâneo. **Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos.** Cascavel: SME, 2015 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens de **81** a **90**.

- 81** A finalidade da educação tecnicista, baseada no modelo fabril, era a de que o trabalho educacional fosse objetivo e operacional.

- 82** Como documento que expressa o currículo da escola, explicitando sua identidade e intencionalidade educativa, o PPP deve ser fruto de um exercício de reflexão coletiva. Assim construído, sinaliza um ambiente que se organiza por uma gestão democrática que reconhece o caráter político desta ação.
- 83** Compete à coordenação pedagógica da escola a tarefa de colocar em prática as decisões da gestão para o alcance dos objetivos da escola, desenvolvendo um serviço de assistência didático-pedagógica.
- 84** No contexto escolar, o coordenador pedagógico caracteriza-se como um especialista da ação educativa. Dessa forma, somente a coordenação pedagógica tem autoridade para desenvolver processos de formação pedagógica docente junto aos professores, com vistas a oferecer sua permanente atualização no campo pedagógico, sua área de especialidade.
- 85** Compete à coordenação pedagógica o serviço de assistência didático-pedagógica aos professores, intervindo nas situações didáticas, desde o planejamento até as práticas, e incluindo a construção de espaços de formação pedagógica que conduzam ao desenvolvimento profissional dos professores. Nessa condição, a atuação da coordenação pedagógica dá-se no campo da mediação pedagógica, permitindo a interação entre os sujeitos do processo.
- 86** A participação da comunidade escolar deve se dar, em um ambiente de gestão democrática, na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar.
- 87** A autonomia da escola abrange as dimensões pedagógica (ao implementar um PPP que evidencia sua identidade institucional), financeira (que garante gerenciamento dos recursos descentralizados) e administrativa (que permite a formulação de seu plano de gestão). O planejamento do calendário escolar não é contemplado, porque sua organização compete à rede pública de ensino.
- 88** Considerando-se a gestão participativa e democrática, a assembleia geral escolar é considerada o órgão colegiado máximo de participação direta da comunidade escolar. Abrangendo todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, responsabiliza-se por acompanhar o desenvolvimento das ações da escolas. Os recursos contra as decisões da assembleia devem ser deliberados pelos gestores da escola.

- 89** Enquanto órgãos de participação coletiva e representativa da comunidade escolar, tanto o conselho escolar quanto o conselho de classe têm as mesmas atribuições. Contudo, o primeiro se refere às questões gerais da escola e o segundo se limita às decisões de cada turma que compõe a escola.
- 90** Os grêmios estudantis, por serem órgãos que compõem a estrutura de uma gestão democrática, contam, em sua estrutura, com a representação de todos os segmentos da comunidade escolar.

A práxis da orientação educacional é parte da ação pedagógica junto à comunidade escolar, com o grande objetivo de contribuir para resultados qualitativos na aprendizagem e na preservação dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos estudantes adultos das escolas públicas, referendando a função social da escola. Para tanto, essa práxis identifica-se com a necessidade de articular-se, prioritariamente, ao trabalho de cunho coletivo e em parcerias dentro e fora da escola, com o desafio de dialogar e de se perceber em rede, por meio da especificidade de sua ação e função.

**Orientação Pedagógica da Orientação Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.** Brasília: SEEDF, 2019 (com adaptações).

A partir dos conceitos presentes no texto acima, julgue os itens de **91 a 100**.

- 91** O serviço de orientação educacional integra o trabalho pedagógico da escola, atuando na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do estudante, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à opinião, à democracia da participação e à valorização do educando como ser integral. Nesse sentido, o trabalho do orientador pedagógico está intimamente relacionado às Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos, documento norteador de suas práticas.
- 92** A orientação educacional contribui para o processo educativo a partir de uma prática articulada com toda a comunidade escolar, repensando coletivamente o fazer pedagógico, em uma abordagem dialógica que fomenta a tomada de decisão, seja individual, seja coletiva. Esse sentido de trabalho coletivo refere-se especificamente aos membros da escola, visto que seu trabalho tem foco nos objetivos expressos no PPP da escola.

- 93** O trabalho pedagógico da orientação educacional, sob a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, tem como eixo orientador a necessária apreensão, compreensão e transformação do saber, social e historicamente produzido pelos estudantes. Essa perspectiva leva a intervenções pedagógicas somente junto aos estudantes, porque seu campo de atuação se refere ao trabalho com esse público, colocando-os em posição ativa no processo de aprendizagem.
- 94** O serviço de orientação educacional, fundamentado em uma abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano, reconhece as reais necessidades educacionais dos estudantes, tendo como referência seu contexto socioeconômico. Essa premissa permite que a prática do orientador educacional se constitua em práxis pedagógica, isto é, uma prática que conduz a um processo de conscientização que pode resultar em transformação da realidade do estudante.
- 95** A atenção do serviço de orientação educacional da escola está no ambiente educativo e social, em busca de ressignificação e fortalecimento da identidade do serviço, refletindo em novas possibilidades de intervenções pedagógicas junto aos pares e ao coletivo da escola. Conhecer a realidade escolar para transformá-la, a fim de que ela se torne justa e humana, é uma premissa de seu trabalho. Portanto, a partir dessa expansão do horizonte de atuação, o “aluno-problema” não é mais uma questão abordada pelo serviço de orientação educacional.
- 96** A pedagogia é um campo tributário de outras áreas, como psicologia, história, sociologia, por exemplo. Nessa condição, o serviço de orientação educacional, comprometido com aprendizagens que sejam capazes de ressignificar a existência e a participação dos estudantes no mundo, valorizando a subjetividade do ser humano e rompendo com a violência e o conflito na convivência escolar, requer que seus profissionais assumam práticas vocacionais de teor psicológico e instrucionais, orientando os estudantes de acordo com as demandas do mundo do trabalho.
- 97** A pedagogia da cooperação se refere a um conjunto de conhecimentos e práticas que buscam a promoção de uma cultura de cooperação, a partir da criação de ambientes colaborativos e cooperativos, em que o senso de comunidade é estabelecido como base de tais práticas, como paradigma para articulação de um trabalho sistêmico e em rede dentro e fora da escola. A organização do trabalho pedagógico na orientação educacional, orientada por uma ação coletiva, permite articular os pressupostos teórico-práticos desta abordagem pedagógica.
- 98** Uma prática dialógica e dialética que valorize a cooperação e o reconhecimento dos direitos humanos como fundamentos para uma formação integral dos sujeitos, que se efetiva por processos de mediação pedagógica, permite ao orientador educacional promover, no contexto da escola, uma convivência pautada em relações democráticas, participação crítica e ativa e respeito às diferenças. Estes são elementos que possibilitam o gerenciamento de conflitos, conduzindo ao acesso e à aquisição de novas aprendizagens, fundamentais para o estabelecimento de uma cultura de paz.
- 99** Como parte da organização do trabalho pedagógico da escola, as ações de orientação educacional também são avaliadas, alcançando-se as dimensões da avaliação institucional, da autoavaliação e da avaliação das ações realizadas, esta última não se referindo à quantidade, mas à acessibilidade e à relação com os objetivos alcançados, cuja referência é o PPP da escola.
- 100** A avaliação das ações de orientação educacional articula-se em eixos que se relacionam à ação de implantação, à ação institucional, à ação junto aos estudantes, aos professores e às famílias, assim como à ação em rede. O exercício de avaliação das ações, conectada ao contexto escolar, permite uma análise do processo de construção e oferta de tais ações, oportunizando, por consequência, a análise das demandas e dos desafios presentes no coletivo da escola.
- 
- Aquele que sabe sem saber que sabe fica eternamente dependente daquele que ensinou; poderá apenas mostrar seu saber se isso lhe for solicitado. Em contrapartida, aquele que sabe que sabe pode mobilizar seus saberes e seu *savoir-faire*, por sua própria iniciativa, em função das situações diante das quais se encontra.
- Philippe Meirieu. **Aprender... sim, mas como?**  
Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 99.
- Considerando o texto acima, julgue os itens de **101 a 115**.
- 101** A avaliação educacional consiste em um processo amplo, que acontece transversalmente a todas as ações inerentes ao espaço educativo, que busca incessantemente a identificação das potencialidades e fragilidades da escola e do processo pedagógico, assim como a dinamização de novas oportunidades em torno da compreensão de seus resultados. Nesse sentido amplo, a avaliação educacional alcança três dimensões: a avaliação de larga escala, modalidade de avaliação externa; a avaliação institucional, modalidade de avaliação da organização e do trabalho pedagógico da escola; e a avaliação da/para aprendizagem, modalidade que aborda o desempenho escolar dos estudantes.

- 102** A partir de uma abordagem crítica, a avaliação pode ser entendida como uma crítica do percurso da ação. Nessa concepção, consolida-se como um instrumento que subsidia a própria ação de planejamento, ou seja, enquanto o ato de planejar dimensiona aquilo que se busca construir, a avaliação subsidia a construção do próprio projeto, porque fundamenta novas decisões em torno dos objetivos que se deseja alcançar.
- 103** No contexto da avaliação educacional, uma avaliação crítica refere-se ao ato de analisar e verificar as condições sociais do próprio projeto em desenvolvimento, identificando os pontos de obstáculos ou dificuldades, e apontando oportunidades de melhoria. Assim, a avaliação educacional crítica não é um instrumento acusatório de responsabilidades, não representando, portanto, uma ação política da escola.
- 104** A partir de uma abordagem crítica, a avaliação educacional não pode ser um instrumento de exclusão dos estudantes. Desse modo, tal abordagem se caracteriza por ser democrática, resultar de um processo coletivo diagnóstico e favorecer o desenvolvimento pleno das capacidades dos estudantes.
- 105** A autonomia da escola associa-se à ideia emancipadora de educação. O sentido dessa autonomia da escola permite a ela conceber seu próprio projeto político-pedagógico, assim como alcança seu processo avaliativo, isto é, permite à escola avaliar as ações planejadas e desenvolvidas, tomando como referencial de reflexão suas finalidades sociopolíticas e culturais.
- 106** A avaliação de larga escala refere-se a um processo avaliativo amplo, que envolve diferentes dimensões de avaliação, realizado por órgão externo à escola com reconhecida competência técnica em testes e medidas. Nessa modalidade de avaliação, os conceitos e as metodologias são, necessariamente, comuns a todas as unidades avaliadas, a fim de permitir análises de comparabilidade entre seus resultados. Nesse sentido, toda avaliação externa é uma avaliação de larga escala, mas nem toda avaliação de larga escala é uma avaliação externa.
- 107** Os resultados das avaliações de larga escala, produzidos sob metodologias e escalas-padrão de medida, comuns a todas as escolas avaliadas, devem ser assumidos como o diagnóstico da qualidade do trabalho pedagógico e da prática educativa oferecida pela escola. Assim, uma vez que a avaliação em larga escala se estabelece como um instrumento de gestão, seus resultados devem definir as decisões de gestão, estabelecendo o padrão de qualidade da escola.
- 108** A avaliação institucional é um processo avaliativo interno que busca a compreensão da efetividade das ações educativas sob o enfoque da qualidade. Por não se ocupar com comparações e padronizações, toma a escola como referência, priorizando, nesse processo, o protagonismo do coletivo dos atores da comunidade escolar. No momento da avaliação institucional, acontece o movimento de correlacionar resultados de exames externos com os resultados das avaliações praticadas no interior da escola, de modo que tais análises orientem a reorganização do currículo, expresso no PPP da escola.
- 109** O processo de avaliação institucional da escola perpassa por diferentes dimensões que compõem seu currículo, entre as quais se encontram o diagnóstico da escola, seu clima organizacional, o acompanhamento do desempenho escolar dos estudantes, a avaliação do PPP e a avaliação de desempenho dos professores. Compete aos especialistas da escola e à sua comunidade externa a construção de instrumentos e espaços de avaliação institucional, em função do aprimoramento curricular e da qualidade da formação que se deseja alcançar.
- 110** A avaliação para a aprendizagem, a partir de uma abordagem crítica, deve representar, para o estudante, um instrumento de tomada de consciência sobre a aquisição de suas aprendizagens, permitindo que se verifique o que já foi aprendido e que se constituam os meios necessários para continuar avançando, em relação àquilo que ainda não foi aprendido, mas é necessário à sua formação. Do ponto de vista do professor, constitui-se como instrumento aliado à reorganização do trabalho pedagógico, especificamente em relação às suas práticas de ensino, rompendo com processos autoritários e arbitrários e ajustando-as em função das aprendizagens e lacunas demonstradas pelos estudantes, histórica e socialmente referenciadas.
- 111** Em relação à aprendizagem, a concepção de avaliação para a aprendizagem evidencia que o foco está no processo, nele contido o progresso, as necessidades e as dificuldades de cada estudante, para que, a partir desse modelo avaliativo, seja possível estabelecer condições de continuidade do processo de aprendizagem. A concepção de avaliação para a aprendizagem estabelece uma lógica relacionada à certificação do que foi aprendido, em relação ao objeto avaliado. Assim, enquanto a primeira concepção se orienta por uma prática que valoriza o produto, a segunda se orienta para a valorização do processo.

**112** A partir de uma perspectiva crítica, a avaliação diagnóstica é um instrumento de reconhecimento das aprendizagens acumuladas e do caminho percorrido, assim como dos conhecimentos a alcançar e dos caminhos ainda a percorrer. Aplicada ao processo de aprendizagem, a função diagnóstica favorece o desenvolvimento das capacidades dos estudantes, no que se refere ao reconhecimento do estágio atual de apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos, configurando-se como instrumento dialético de avanço.

**113** A função classificatória caracteriza a avaliação como instrumento estático, em que os estudantes são classificados em função de seus resultados. A partir de uma abordagem crítica, essa função é percebida como um dispositivo de frenagem, porque estagna a demonstração das aprendizagens com os registros que dela decorrem. Ao contrário de se colocar a serviço da emancipação dos sujeitos, essa função avaliativa reveste-se de caráter discriminatório, ignorando a aprendizagem como processo.

**114** A avaliação formativa diz respeito a um modelo avaliativo classificatório, focalizado no resultado, no produto, resultando em notas ou conceitos. Essa abordagem assume um caráter de medida, isto é, toma a aprendizagem como quantitativamente mensurável, sendo compatível com tendências pedagógicas tradicionais.

**115** O conceito de avaliação somativa articula-se a tendências pedagógicas críticas, porque rompe com práticas arbitrárias e autoritárias de avaliação, assumindo-as como processo. Assim, incorpora, entre seus diversificados instrumentos avaliativos, a função diagnóstica da avaliação, permitindo que o processo formativo seja reconhecido, a partir de um permanente diagnóstico da situação de aprendizagem; com isso, permite que as aprendizagens sejam demonstradas ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Não há nenhum lado bom por onde começar; é preciso começar por todos os lados ao mesmo tempo... Mas toda grande criação, na área da vida, parece-nos logicamente impossível antes e às vezes até depois do seu aparecimento.

Edgar Morin. *Para sair do século XX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 343.

Com base no texto acima, julgue os itens de **116** a **120**.

**116** Na pedagogia histórico-crítica, a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade é uma condição para se atingirem os objetivos sociopolíticos pedagógicos da educação. A apropriação dos conhecimentos, entretanto, se dá a partir dos interesses, da visão de mundo e da posição dos indivíduos no quadro social. Desse modo, a superação de um ensino fragmentado, orientado por práticas transmissivas de conteúdos, a partir de uma reorganização curricular-metodológica que abranja o espaço-tempo da escola, pode configurar-se como uma perspectiva de fortalecimento das aprendizagens, porque amplia o interesse dos estudantes, retirando-os de uma posição passiva diante dos conteúdos escolares.

**117** A partir de uma concepção curricular que provoque rupturas com modelos transmissivos de conteúdos, a interdisciplinaridade, a contextualização e a flexibilidade caracterizam-se, conectadas entre si, como princípios norteadores de um paradigma curricular que relaciona a educação e o mundo da vida contemporânea.

**118** A interdisciplinaridade corresponde à busca pela superação da visão fragmentadora na produção dos conhecimentos da humanidade. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade não se alinha à construção de um currículo integrado, porque, mesmo favorecendo uma mesma abordagem temática em diferentes componentes curriculares e áreas de conhecimento, não permite a integração das disciplinas.

**119** Transdisciplinar é um conceito que designa abordagens curriculares que não se restringem a disciplinas, mas atravessam os vários campos de conhecimento. Nesse sentido, esse conceito favorece o desenvolvimento, no contexto pedagógico, dos temas transversais, cuja proposta educativa requer tal atravessamento.

**120** Enquanto princípio epistemológico, a interdisciplinaridade aproxima campos de conhecimento por eixos temáticos, na busca relacional pelo sentido de unidade e todo; enquanto princípio metodológico, exige o diálogo não somente entre as áreas, mas também entre os professores, ampliando as aprendizagens experienciais. Nesse sentido, como se referem às práticas pedagógicas, tais princípios podem ser aplicados ao planejamento das disciplinas, não sendo possível, entretanto, sua aplicação ao planejamento do currículo da escola.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **azul** ou **preta**, fabricada com material transparente. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto da **folha de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O paradigma de serviços foi fundamentado na ideologia da normalização, uma vez que se esperava que as pessoas com deficiência adquirissem, nos centros de tratamento especializados, aparências e atitudes semelhantes aos não deficientes. A dificuldade de as pessoas com deficiência se imporem a um padrão comum de sociedade, e de esta aceitar as diferenças naturalmente humanas, como outras quaisquer, fez com que, em pouco tempo, surgissem críticas ao processo de busca do ideal da “normalização”. Tal discussão fundamentou o paradigma de suporte. Compartilhar esse paradigma é de antemão reconhecer que a diversidade está presente em todos os segmentos populacionais.

Lúcia Pereira Leite e Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins. **A educação especial em tempos de educação inclusiva: dos aportes normativos aos aspectos operacionais.** In: Celia Maria David, Hilda Maria Gonçalves da Silva, Ricardo Ribeiro e Sebastião de Souza Lemes (org.). **Desafios contemporâneos da educação.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 215, p. 89 (com adaptações).

Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídos em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva.

Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca**, 1994. Resolução das Nações Unidas adotada em Assembleia Geral. Internet: <portal.mec.gov.br>.

Considerando que os textos apresentados tenham caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

### **Escola pública inclusiva: garantia de oportunidades a todas as crianças e adolescentes**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) ideologia da normalidade e segregação dos indivíduos com necessidades especiais;
- b) direito de todos ao acesso ao conhecimento formal e à participação social; e
- c) desafios da prática pedagógica inclusiva.